



Revista Cambios y Permanencias

Grupo de Investigación Historia, Archivística y Redes de Investigación

Vol.11, Núm. 2, pp. 1595-1624 - ISSN 2027-5528

Memorias apagadas e historias no contadas: las poblaciones negras y la enseñanza de historia en las escuelas de Itapagipe/MG

Erased memories and untold stories: Black populations and the teaching of history in schools in Itapagipe/MG

Memórias apagadas e histórias não contadas: Populações negras e o ensino da história nas escolas de Itapagipe/MG

Maria Rita de Jesus Barbosa

Secretaria de Estado de Educação do Estado de Minas Gerais

orcid.org/0000-0002-2707-4013



Universidad
Industrial de
Santander

Universidad Industrial de Santander / cambiosypermanencias@uis.edu.co

Memorias apagadas e historias no contadas: las poblaciones negras y la enseñanza de historia en las escuelas de Itapagipe/MG

Maria Rita de Jesus Barbosa
Secretaria de Estado de Educação do
Estado de Minas Gerais

Professora de carreira pela SEE/MG e pela SME de Itapagipe/MG. Mestre em História Social - Universidade Federal de Uberlândia/MG. Doutoranda em História Social - Pontifícia Universidade Católica/SP.

Correo electrónico: mariaritabarbosa@outlook.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2707-4013>

Resumen

En las fuentes oficiales que narran la formación histórica de algunas ciudades del Pontal del Triángulo Mineiro, la participación de las poblaciones negras en la constitución social, política, económica, así como de personajes afro-brasileños fueron silenciadas. En este texto presento una experiencia del potencial pedagógico para la enseñanza de la historia, utilizando la historia local, a partir de las historias no contadas de parte de los sujetos históricos, presentes en la formación de esas ciudades, pero invisibles a las fuentes oficiales, utilizando como objeto de investigación la historia y en el caso de las mujeres. Ante la cuestión esbozada arriba, planteo algunos cuestionamientos. ¿Cómo hacer el enfoque de la historia local, en la enseñanza de la historia, teniendo una perspectiva eurocéntrica? ¿Es posible utilizar un saber histórico escolar que valore las especificidades de la historia local, sin desconsiderar las interconexiones con otras dimensiones espaciales? Una enseñanza de historia que sea capaz de dar vida a otros personajes, hasta entonces, silenciados en esos contextos locales. A lo largo de la investigación pude percibir que la marcación del lugar que el negro ocupa, o debe

ocupar, está muy bien definida en la historia oficial de la ciudad de Itapagipe. El objetivo de este texto es pensar la enseñanza de historia y de la Historia Afro-brasileña y africana en conexión con la historia local y la memoria de los silenciados, incluyendo en este abordaje, no sólo, a los diversos sujetos históricos, sino dándoles a ellos su protagonismo. ¿Quiénes son esos personajes silenciados en la historia de Itapagipe? ¿De quiénes son esas Historias no contadas?

Palabras clave: Enseñanza de Historia e Historia Afro-brasileña, Memoria, Itapagipe.

Erased memories and untold stories: Black populations and the teaching of history in schools in Itapagipe / MG

Abstract

In the official sources that narrate the historical formation of some cities in the Pontal do Triângulo Mineiro, the participation of black populations in the social, political and economic constitution, as well as Afro-Brazilian characters, was silenced. In this text, I present an experience of the pedagogical potential for teaching history, using local history, from Untold Stories by historical subjects, present in the formation of these cities, but invisible to official sources, using history as an object of research and women. In view of the question raised above, I raise some questions. How to focus on local history, on teaching history, with a Eurocentric perspective? Is it possible to use knowledge of the school's history that values the specificities of local history, without disregarding the interconnections with other spatial dimensions? A teaching of history that is capable of giving life to other characters, hitherto, silenced in these local contexts. Throughout the investigation, I could see that the marking of the place that black occupies, or should occupy, is very well defined in the official history of the city of Itapagipe. The purpose of this text is to think about the teaching of Afro-Brazilian and African history and history in connection with the local history and the memory of the silenced, including in this approach, not only the diverse historical subjects, but their

main role. Who are the silenced characters in Itapagipe's history? Whose untold stories are these?

Keywords: Teaching Afro-Brazilian History and History, Memory, Itapagipe.

Memórias apagadas e histórias não contadas: Populações negras e o ensino da história nas escolas de Itapagipe / MG

Resumo

Nas fontes oficiais que narram à formação histórica de algumas cidades do Pontal do Triângulo Mineiro, foram silenciadas a participação de populações negras na constituição social, política e econômica, bem como de personagens afro-brasileiros. Neste texto, apresento uma experiência do potencial pedagógico para o ensino da história, utilizando a história local, a partir de Histórias Não Contadas por parte de sujeitos históricos, presentes na formação dessas cidades, mas invisíveis a fontes oficiais, usando a história como objeto de investigação e no caso das mulheres. Diante da questão levantada acima, levanto algumas perguntas. Como se concentra na história local, no ensino da história, tendo uma perspectiva eurocêntrica? É possível usar o conhecimento da história da escola que valoriza as especificidades da história local, sem desconsiderar as interconexões com outras dimensões espaciais? Um ensino de história que é capaz de dar vida a outros personagens, até então, silenciado nesses contextos locais. Ao longo da investigação, pude perceber que a marcação do lugar que o preto ocupa, ou deveria ocupar, está muito bem definida na história oficial da cidade de Itapagipe. O objetivo deste texto é pensar o ensino da história e da história afro-brasileira e africana em conexão com a história local e a memória dos silenciados, incluindo nesta abordagem, não apenas os diversos sujeitos históricos, como eles seu papel principal. Quem são os personagens silenciados da história de Itapagipe? De quem são essas histórias não contadas?

Palavras-chave: Ensino de História e História Afro-Brasileira, Memória, Itapagipe.

Apresentação do tema

O distanciamento de alguns temas pelos historiadores, não ocorrem sempre de forma deliberada, é claro que não se podem considerar essas escolhas como de caráter aleatório, mas o acesso às fontes, documentos, imagens, entre outros, podem gerar o privilegiamento de alguns temas, o que acaba excluindo outros. Segundo René Rémond o historiador é sempre de um tempo e esse tempo acaba interferindo nas escolhas dos temas historiográficos a serem pesquisados.

[...] o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ‘ideologia dominante’, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época (Rémond, 2003, p.13).

A história oficial¹ de algumas cidades do interior de Minas Gerais foram construídas por meio de narrativas das camadas dirigentes dessas localidades, que contam a história oficial, destacando e evidenciando o poder político e econômico daqueles que estão sendo imortalizados pela história da cidade. Nesse ponto é importante explorar um pouco a dinâmica da região, a cidade de Itapagipe localizada no Triângulo Mineiro², teve sua história produzida a partir das narrativas das camadas dirigentes. O Triângulo Mineiro, delimitado previamente seja como mesorregião, sua identificação geográfica é facilitada pelo fato de ser banhado ao norte pelo Rio Paranaíba, que serve de fronteira com os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

De acordo com Guimarães que desenvolveu um estudo tendo como proposta delimitar e analisar a formação regional do Triângulo Mineiro desde suas mais incipientes articulações econômicas no cenário da era colonial brasileira, a ocupação da região ocorrida da seguinte forma:

O ponto de partida foi então o limiar do século XVIII, quando as incursões bandeirantes e a decorrente exploração mineral adentraram o território Brasil Colonial em direção aos atuais estados de Goiás e Mato Grosso (Guimarães, 2010, p.25).

¹ A História Oficial, segundo Kagan, 2009, é uma historiografia produzida visando o interesse tanto dos governantes quanto de grupo privilegiados das elites, ela também pode ser descrita como forma de contestar uma narrativa previamente formada.

² A região teria sido povoada no século XVIII, possivelmente pelos bandeirantes paulistas, esse era um trecho importante que fazia ligação entre as províncias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, durante o século XIX a região passou a ser conhecida como Sertão da Farinha Podre, passando por um intenso processo de desenvolvimento econômico e crescimento populacional (Souza, 2013).

A região aqui entendida, neste sentido observando sua constituição histórica, nota-se que desde seus primórdios socioeconômicos a área identificada como Triângulo Mineiro foi palco de disputas entre paulistas, goianos e mineiros, e como as demais áreas das Gerais “[...] um dia já lhe chamaram de sertão, ou melhor, de ‘Sertão da Farinha Podre.’” (Souza, 2013, p.211). Mesmo depois de, definitivamente, passada aos domínios territoriais das Minas Gerais, esta região continuou fomentando seu ímpeto regionalista com aspirações separatista, em defesa da sua identidade regional.

Mapa 1 - Mapa de Minas Gerais – Mesorregião



Fuente: Adaptado pela autora

A historiografia oficial de Itapajipe/MG, município inserido dentro da região do Triângulo Mineiro, apresenta uma narrativa para a constituição da população, tanto nos aspectos sociais, culturais da cidade, assimilando-se ao conceito de miscigenação. Discurso que ganhou força no final do século XIX até meados do século XX, no Brasil, a miscigenação esteve atrelada ao antirracismo assimilacionista que preconiza a mistura inter-racial. Para (D'adesky, 2001), a miscigenação parece aproximar e unir os diferentes grupos, quando tem

como objetivo privilegiar como modelo ideológico um grupo humano específico, o grupo branco.

De acordo com Gilberto Freire, o fator da miscigenação veio diminuir a distância entre a Casa Grande e Senzala, (Freira, 2004). O autor desloca o conceito de raça para uma questão cultural, defendendo um processo de incorporação dos mestiços à sociedade brasileira como algo, talvez, até harmonioso, o que teria ocorrido graças à flexibilidade natural do português.

O ideal de mestiçagem, herdado de Gilberto Freire, está presente em uma das fontes históricas que representam o discurso de um grupo, na constituição da História Oficial de Itapagipe, enfatizando o papel do branco como o grande responsável pelo desenvolvimento social, econômico e a orientação política.

A formação da população da cidade de Itapagipe apresenta-se em uma perspectiva do hibridismo das raças³, com o predomínio do branco sobre os demais grupos, negro e índios. A fonte de pesquisa utilizada para os estudos sobre a formação do município é o livro escrito por Jurani Gonçalves Lima, *Nossa História* (Lima, 1991), esse material é a fonte escrita que se tem conhecimento e circula nos locais públicos, inclusive nas escolas de Itapagipe e do município.

A pesquisa propõe investigar a abordagem política, cultural, social, religiosa, apresentada no único documento escrito sobre a história local da cidade de Itapagipe/MG, o livro “Nossa História”, objeto de estudo e pesquisa nas escolas do município, a história escrita nas páginas do livro é uma história feita por representantes das elites locais, considerada única e verdadeira.

Em uma parte do livro *Nossa História*, autora descreve sobre a formação social dos grupos humanos na formação da cidade. “Muitos anos depois, sabe-se que o Sr. Juvenal Carneiro Leão possuía alguns escravos africanos, dos quais supõem ter originado a porcentagem da raça negra presente nos dias de hoje” (Lima, 1991, p.27).

³ Híbrida, de acordo com Freyre, significava que o Brasil, entre todas as sociedades da América, seria a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado, no máximo da contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado (Freire, 2004).

Em outros trechos de livro que dispõe sobre a formação social do município e da cidade a autora destaca a religião católica como elo integrador desses homens brancos na constituição social. “As primeiras lideranças de formação religiosa de nosso povo tratou-se de padres brancos que, digo brancos de raças estrangeiras diversas, que muito contribuíram na nossa cultura” (Lima, 1991, p.27). Outro elemento nesse contexto de formação social, cultura e religiosa do município de Itapagipe tendo sido representada a história desse homem branco como responsável pela formação da cidade, existe uma relação da religiosidade do branco ocidental bastante forte, o que não é incomum a outras cidades vizinhas a Itapagipe, pois seus nomes fundadores estão todos relacionados os Santos do catolicismo com uma explicação sempre na justificativa que tal vilarejo havia sido fundado no dia que se comemorava aquele santo, no caso de Itapagipe até a segunda década do século XX, seu nome era arraial de Santo Antônio, hoje sendo o padroeiro da cidade.

Outras famílias possuem destaque nas elites locais que são os Amorim, Gonçalves, Paula, Queiroz, Ferreira, essas famílias juntas possuem grande parte das terras do município de Itapagipe e seu poder econômico se vê representado em várias instâncias institucionais da cidade e do município. Outro lugar que a representação da memória dessas elites locais se faz representar é na Casa da Cultura de Itapagipe, a construção está localizada onde teria sido construída a primeira Capela da cidade. Na Casa de Cultura existe também algo como se fosse um mausoléu com diversos objetos e fotografias das “ditas famílias conhecidas”, responsáveis pela construção social, cultural, econômica e política de Itapagipe a partir do final do século XIX.

Ao propor uma pesquisa com temas que encenam a memória, a oralidade e a história de sujeitos que não foram ouvidos, nos coloca diante de questões políticas, de produção de documentos, de perspectivas historiográficas. Nesse sentido, os estudos pós-coloniais e o pensamento decolonial me oferecem possibilidades de leituras e reflexões que problematiza o saber histórico, repensa a colonialidade, refletem sobre os lugares de subalternidade impostos a sujeitos indígenas, afrodescendentes, populações camponesas.

Segundo Le Goff (1990), ao associar memória, poder e esquecimento, evidencia a memória como processo deliberado de escolha e seleção, sujeito a determinadas circunstâncias de poder. Não existe, segundo o autor, um documento ou uma memória que

não carregue certas visões de mundo; lembrar o passado e escrever sobre ele não são atividades inocentes. Assim, interessa a nós professores e pesquisadores, debater o que a memória histórica oficial definiu como memorável em oposição ao que é silenciado. Que memória histórica frequentemente está mais representada nos materiais didáticos? Efemérides e biografias heroicas ou os fragmentos de memórias e histórias indígenas, africanas, afro-brasileiras, dos operários, dos trabalhadores sem-terra e camponeses, das mulheres? É necessário compreendermos as regras de exclusão.

A história oficial constitui-se a partir de fontes escritas, consideradas como documentos oficiais, para Antoine Prost (2014), algumas perguntas devem ser feitas em relação aos documentos. De onde vem o documento? Quem é o autor? Como foi transmitido e conservado? Essas são perguntas que devem ser feitas, frequentemente, quando estamos diante de documentos oficiais, pois não temos total conhecimento de como esses documentos foram criados.

Outro caminho proposto nesta pesquisa é o trabalho com história local. A narrativa historiográfica por bastante tempo se dedicou a um recorte ocidental. O processo de construção de uma identidade nacional no pós-independência, por sua vez, procurou então encaixar o Brasil nessa linhagem. Era preciso encontrar o lugar do Brasil no meio da narrativa já existente e da mesma forma, então, foi concebida uma história da civilização brasileira.

O problema desse tipo de narrativa é que ele se faz passar por uma história geral e, portanto, universal. Como se valesse de igual medida para todos os grupos sociais, presumindo ser capaz de explicá-los. No nível da história geral, isso é chamado por um termo já bastante conhecido: eurocentrismo. Quando olhamos a nosso redor, nos nossos bairros, associações, para as pessoas com quem convivemos, não enxergamos história neles e tampouco em nós mesmos. E muitas vezes, por isso, nos desvalorizamos. Por raramente vermos *gente como a gente* como objetos das histórias que estudamos, também não aprendemos a nos vermos a nós próprios como objetos de história no próprio presente.

Os avanços na investigação historiográfica atentaram para o fato de que uma história somente institucional, biográfica, masculina, política e elitista não dava conta dos desafios que se punham às pesquisas, aos objetos que se estudava. E as mudanças pelas quais passamos nas últimas décadas resultaram em novas pessoas e grupos reivindicando direitos,

reafirmando, ou reconstruindo suas identidades, portanto, querendo tornarem-se visíveis. Além de pôr esses desafios aos historiadores, isso também significou esses novos personagens como produtores de conhecimento: ou seja, o reconhecimento de si como sujeito e, não menos importante, a inserção dessas pessoas também como produtoras de história, não mais somente como objetos.

Dessa forma a história, como objeto e como produção de conhecimento, vem se descentralizando, pois passou a estudar diferentes lugares/sujeitos e a serem produzidas por grupos mais diversificados de pessoas, essas são considerações importantes da pesquisa em história local, que não deve ser feita nos mesmos moldes de uma história nacional, ou seja, uma lista de prefeitos/governadores ou de pessoas tidas como importantes, muitas vezes pela sua condição social privilegiada.

As possibilidades no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira

No ano de 2015, na Escola Estadual Santo Antônio, desenvolvi juntamente com as turmas de 9º ano e a comunidade Itapagipense o projeto “Biografias Negras”, tendo como objetivo chamar a atenção para o protagonismo negro e para as diferentes formas de luta e resistência da população afro-brasileira no tempo. Mas esse protagonismo não teria como foco, somente, personagens negras conhecidas nacionalmente, o objetivo foi igualmente valorizar pessoas negras da comunidade itapagipense. Muitas destas pessoas estão esquecidas, mesmo realizando funções e trabalhos de relevância para a cidade, no entanto não garante status e dificilmente são reconhecidos pela sociedade itapagipense.

O silêncio de muitos moradores e autoridades em relação à participação da população negra na formação do município, também me motivou na realização desse projeto, que envolve um reconhecimento com essa parte da população, que sempre esteve às margens da história da cidade de Itapagipe.

A leitura de textos historiográficos, jornalísticos, testemunhos, a interpretação de imagens, a seleção de vídeos foram alguns recursos disponibilizados para os alunos, procurando oferecer-lhes suporte teórico e bibliográfico, com o objetivo não apenas de informar, mas que permitissem aos alunos interpretar e reinterpretar o papel desempenhado pelas populações negras historicamente na sociedade brasileira e

compreender as questões debatidas atualmente advindas do racismo, a discriminação de cor e outras violências correlatas a partir do fenótipo.

A primeira parte do projeto, Biografias Negras, foram compostas pelas entrevistas. Um grupo de alunos, das turmas de 9º ano, entrevistou uma senhora benzedeira, procurada por várias pessoas da comunidade itapagipense, principalmente, mães com os bebês para que estes sejam protegidos, através das bênçãos dos mais diferentes males, quebrante, mal olhado, susto, entre outros. Os alunos compartilharam suas experiências em sala de aula anterior à exposição para a comunidade, foi possível ouvir dos alunos diferentes emoções, desde surpresa com a história de vida destas pessoas entrevistadas, compaixão, piedade, revolta.

Com o envolvimento dos professores de língua portuguesa no projeto “Biografias Negras”, um dos resultados dessas leituras feitas pelos alunos veio através de redações, com o tema: Combato meu Racismo com Minha Consciência Negra. A proposta foi colocada para as 05 turmas de 9º ano, no total de 175 alunos participaram da produção das redações. Os professores de português, observando os critérios de escrita, coesão, capacidade de interpretação, ortografia, selecionaram dez textos de cada turma, somando um total de cinquenta redações. Essas cinquenta me foram entregue para que eu pudesse selecionar trinta, procurei avaliar não somente os critérios ortográficos e gramaticais, os quais tinham sido observados pelos meus colegas da língua portuguesa, atentei para o debate historiográfico presente nas redações.

Após essa etapa restaram trinta redações, mas como havia ficado decidido, iríamos premiar apenas três, as trinta redações foram entregues aos três patrocinadores do projeto, pessoas da comunidade itapagipense, os quais não têm relações trabalhistas e não possuem filhos estudando na Escola Estadual Santo Antônio, mas pensando na lisura e imparcialidade do projeto, todos os textos foram assinados com pseudônimos criados pelos alunos. Isso gerou expectativa, não somente entre os alunos, como também entre nós professores, pois nem mesmo quando levei o texto vencedor para a gráfica, para que fosse feito um banner, não sabia a quem pertencia à redação vencedora.

Um cartaz foi produzido para a divulgação do projeto, não apenas entre os alunos da E. E. Santo Antônio como para toda a comunidade, conferir nos anexos. Durante a realização

do projeto o cartaz ficou exposto no pátio e também divulgado na página do facebook da escola, como uma forma de incentivo aos alunos e para o conhecimento da comunidade.

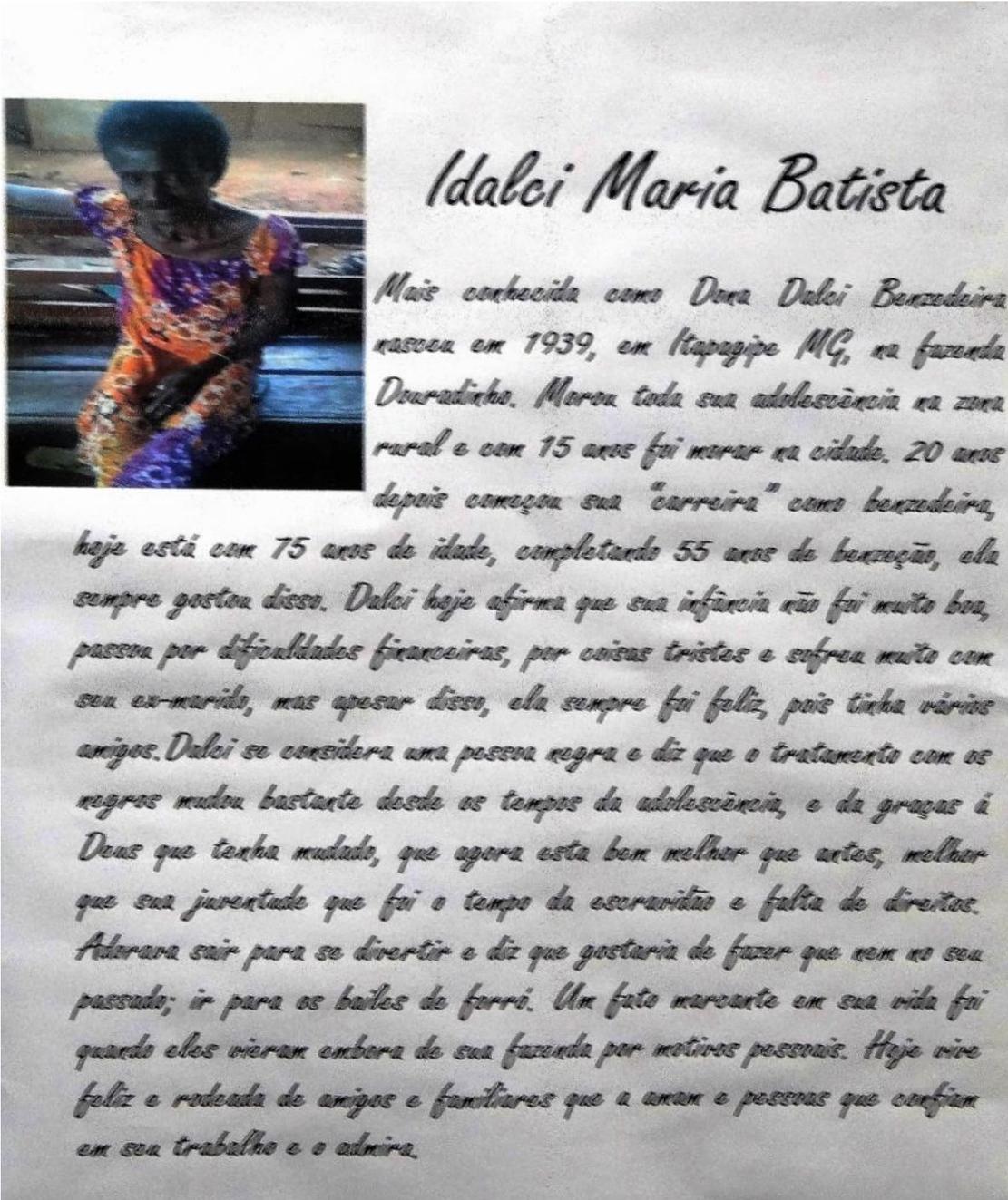
O projeto foi iniciado em meados de 2015, no momento o tema era tratado entre as turmas do 9º ano através do conteúdo do livro didático (Júnior, 2012) sobre a recolonização da África pelas potências europeias. Durante algumas aulas trabalhamos com textos, fotos e vídeos, que foram levadas pelos alunos, principalmente, de cidades africanas procurando desconstruir a ideia que a África é um lugar somente de miséria, guerras e doenças. Cidades africanas que remontam a construção ideológica que fazemos das cidades europeias.

O imaginário construído em relação ao atraso e miséria que assola a África e consequentemente as cidades africanas tornou-se extremamente sólido, contribuindo para que o ex-presidente Lula cometesse uma gafe na África, quando em 06 de novembro de 2003 visitou a capital da Namíbia, a qual teve que se desculpar posteriormente pela declaração. “Quem chega a Windhoek não parece que está na África. Poucas cidades no mundo são tão limpas, tão bonitas e têm um povo tão extraordinário como tem esta cidade” (Delecrode, 2010).

A pesquisa realizada pelos alunos teve como mérito retirar algumas pessoas da comunidade itapagipense do anonimato e sensibilizar alunos e comunidade para o descaso que muitos homens e mulheres negras são tratados. A escola recebeu muitas visitas no dia da exposição dos banners, contando um pouco da história dos entrevistados com o amparo da apresentação dos alunos das turmas de 9º ano, todas as entrevistas foram transformadas em banners.

A entrevistada Idalci Maria Batista ou Dona Dalci, como é conhecida na comunidade nos remete a várias questões. Dona Dalci conta em trechos de sua entrevista sobre a infância pobre, a escassez de alimentos e várias outras dificuldades, sua adolescência relata como tempos de escravidão e falta de direitos, relatando que aos 15 anos foi obrigada a deixar a sua fazenda para morar na cidade. No entanto, não deixa evidentes quais motivos a obrigaram sair do campo. Dona Dalci afirma ser uma pessoa negra e diz estar feliz com a “profissão de benzedeira”, completando 55 anos de benção, declarando que é reconhecida e respeitada pela comunidade pelo trabalho que desenvolve, não se esquecendo de agradecer a Deus sempre, algo muito comum as pessoas com menos oportunidade de acesso ao capital cultural.

Imagem 1. Fotografia de Idalci Maria Batista



Fonte da pesquisadora: Projeto Biografias Negras (2015). Escola Estadual Santo Antônio.

Aproveito este espaço do artigo para prestar homenagem a Dona Dalci Benzedeira que faleceu neste ano de 2020, no dia 30 de abril, infelizmente não foi possível entrevistá-la antes que falecesse, pois retomar contato com algumas dessas pessoas que participaram do projeto

“Biografias Negras” no ano de 2015 é uma das propostas para a pesquisa de doutorado que estou desenvolvendo atualmente.

Outro entrevistado que chamou muito a atenção entre os alunos foi o senhor Alcides, atualmente ele exerce o ofício de catador de papelão nas ruas da cidade Itapagipe. No cotidiano da cidade o senhor Alcides é um sujeito, praticamente, invisível. Na entrevista que concedeu aos alunos afirmou suas origens rurais, assim como Dona Idalci, mas diferentemente dela que diz se considerar uma pessoa feliz, mesmo tendo passando por várias dificuldades, o senhor Alcides não fala em felicidade.

O senhor Alcides deixa evidente em sua fala durante a entrevista⁴, sobre o sofrimento vivido durante os muitos anos de trabalho duro na roça, assim descreve toda a sua vida de trabalho em serviços braçais. A partir do relato do seu Alcides, procuramos compreender a presença significativa do trabalhador negro em serviços braçais no campo. Para isso torna-se necessário retomarmos o período do processo de apropriação da terra e da formação do território brasileiro, desde a colonização das terras brasileiras.

Conforme Oliveira Andrade nos primeiros tempos da colonização do Brasil, marcado por mais de três séculos de escravidão africana, o negro foi utilizado nas mais ínfimas funções no meio rural.

[...] inicialmente, o trabalhador rural era o escravo - indígena nos primeiros tempos, e negro, em seguida - adquirido pelos proprietários de terra e utilizado no trabalho de plantação [...]. O escravo era utilizado ainda no desmatamento, na abertura de caminhos, na construção de edifícios e na cultura da terra, sempre sob o controle de feitores [...]
(Andrade, 2005, p.41).

Aos negros escravizados reserva-se além do preconceito de cor, o preconceito em relação ao trabalho. Entre os senhores brancos do século XIX no Brasil, predominava a aversão ao trabalho manual, identificado como trabalho de escravo. Em 1888 com a assinatura da Lei Áurea, extinguiu-se legalmente a escravidão no Brasil, no entanto mesmo depois de alforriado o ex-escravo continuou a ser discriminado. Conforme Andreilino Campos: “A esses povos eram negados os direitos básicos de cidadão onde o Império e

⁴ As entrevistas citadas aqui dizem respeito às realizadas pelos alunos do 9º ano, através do Projeto Biografias Negras e Redação Premiada, da E. E. Santo Antônio, sobre a minha coordenação. Itapagipe, nov. 2015.

governos posteriores não lhes forneceram nenhum benefício, sobretudo o acesso a terra.” (Campos, 2005, p.41).

Os povos que Campos se refere são os afro-brasileiros, que apesar da abolição continuaram a ocupar no mercado de trabalho os piores postos, os subempregos, aqueles relegados pelos brancos. No campo, raro foram os afrodescendentes que tiveram acesso a algum pedaço de terra negado, principalmente, com a aprovação da Lei das Terras⁵. Mas muitos africanos e afrodescendentes, ainda que a escravidão tivesse sido abolida, continuaram nas fazendas a realizar “o serviço duro”, como o senhor Alcides se refere na entrevista.

Somando com dona Idalci e o senhor Alcides foram mais sete pessoas entrevistadas, pelos alunos do 9º ano, durante a realização do projeto, somente uma dessas pessoas, a partir da análise das entrevistas, demonstrou não possuir relação com o trabalho no campo.

Outra fala que chama atenção no depoimento do senhor Alcides referisse em como ele pensa que os outros vêem seu trabalho, e como se sente em relação a ser vítima de racismo. Segundo o senhor Alcides as pessoas de classe média alta, e alta seriam mais racista, assim como os mais pobres valorizariam mais seu trabalho de catador de papelão, definindo com as seguintes palavras a visão de alguns, pertencentes às classes mais ricas da cidade de Itapagipe, em relação o seu trabalho, “[...] não todos, mas ainda se via um olhar mal” (2015).

⁵ Aprovada em 1850 a Lei das Terras, instituía a compra como única forma de aquisição das terras. Dessa forma inviabilizava os sistemas de posse ou doação, para transformar uma terra em propriedade privada. Assim o ex-escravos enfrentariam enormes restrições para possivelmente conseguirem alcançar a condição de pequeno proprietário.

Imagem 2. Fotografia de Alcides Fernandes dos Santos

Alcides Fernandes dos Santos



Idade: 83 anos

Data de nascimento: 14/01/1932

Local de nascimento: zona rural perto do município de Itapagipe-MG

Biografia:

Senhor Alcides Fernandes dos Santos nasceu em uma “roça” (zona rural) a alguns km do município de Itapagipe-MG, ele se mudou para Itapagipe a 30 anos atrás, antes disso o Senhor Alcides trabalhava na roça como cultivador para seu próprio sustento e de sua família que era bastante humilde, ele passou sua infância e juventude na roça trabalhando no sol e com certeza sofreu muito preconceito na época, por ser negro, depois de muitos anos de sofrimento e trabalho duro na roça ou se quer na cidade vários serviços braçais ele conseguiu se aposentar.

Perguntei um fato importante na vida dele; ele me disse que foi quando ele conseguiu se aposentar e sair da roça, ter uma vida mais simples sem sofrer tanto nos serviços pesados, pelo contrario de muitas pessoas por ai o senhor Alcides tem orgulho de ser uma pessoa negra e não nega que ainda a muito racismo por ai, mais que mudou um pouco, o racismo hoje “se alimenta” mais pelas classes media alta, alta, afirma Alcides que as pessoas mais “pobres” valorizavam mais o seu trabalho, ao contrario da burguesia que ainda tinha certo preconceito, não todos mais ainda se via um “mal olhar”.

Ele afirma que sente falta de uma coisa na roça, a simplicidade pois o mundo “complicou-se” hoje em dia, e que dentro de sua família e alguns conhecidos se via mais humildade do que hoje em dia.

Fonte da pesquisadora: Projeto Biografias Negras (2015). Escola Estadual Santo Antônio.

A desconfiança e o temor do senhor Alcides em relação aos mais ricos, possui fundamentação teórica entre os vários pesquisadores das questões raciais. Conforme Ribeiro Júnior os números referentes ao tráfico negreiro, ou seja, a diáspora forçada de africanos para

o Brasil, não deixam dúvida quanto à dimensão da participação dos negros africanos e crioulos na construção das culturas brasileiras, “[...] participação que apesar de evidente as elites brasileiras constantemente tentaram e tentam condenar ao esquecimento” (Ribeiro, 2007, p.179).

Recentemente combinei uma visita ao seu Alcides e o entrevistei, uma longa conversa, atualmente o ele está com 88 anos e continua a recolher papelão com o seu carrinho, nas ruas da cidade de Itapagipe/MG. A entrevista realizada pelos alunos no ano de 2015 foi mais geral, mas a que realizei neste ano de 2020 foi bem mais ampla, ouvi as memórias do senhor Alcides. Relatos da infância, as alegrias, dificuldades, sofrimentos e sonhos não realizados ao longo de uma vida dedicada ao trabalho como ele mesmo descreve sua trajetória. A entrevista atual é parte da pesquisa de doutorado desenvolvida na Pontifícia Universidade Católica/SP.

O negro participou na formação cultural e social, trabalhou para a formação econômica do país, mas essa participação foi silenciada pelas elites brasileiras. Mas o que significa ser negro?

Para Fanon o negro tem de sê-lo diante do branco, pois os elementos utilizados para definir o negro não foram fornecidos por eles, mas pelo outro, o branco. “[...] que os teceu para mim através de mil detalhes, anedotas, relatos” (Fanon, 2008, p.105).

As características fenotípicas do negro, como a cor de sua pele o rotula socialmente, o corpo negro é inscrito como marca de identidade. Nesse sentido conforme Hall o negro é transformado em uma categoria de essência. “Somos tentados a exibir o significante “negro” como um dispositivo que pode agregar a todos negros e negras, policiando as fronteiras políticas, simbólicas e posicionais como se fossem genéticas.” (Hall, 2003, p.345). Negro não deve ser definido como uma categoria única em uma direção homogênea, segundo Hall existe um conjunto de diferenças históricas e experiências que devem ser consideradas e que localizam, situam e posicionam o povo negro em diferentes contextos históricos.

Ao negro é negada a sua identidade individual, ela é substituída por uma identidade plural. O que faz com que o sujeito negro seja compreendido de acordo com a essencialização de seu grupo étnico-racial. De acordo com Viviane Fernandes e Maria Cecília de Souza, em seu artigo, “Identidade negra entre a exclusão e a liberdade” (Fernandes, 2016) afirmam que

um negro representa todos os negros e um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo. “Ou seja, na relação social, a “marca” que lhe é impingida faz recair sobre ele um olhar de descrédito que impede que ele possa ser percebido pela totalidade de seus atributos e de forma individual” (Fernandes, 2016).

Logo no Brasil o negro perde suas características individuais, sendo definido pelo grupo, através da cor da pele e de um passado comum, que remete a todos os negros, principalmente um passado ligado à escravidão, submissão e exclusão.

Os entrevistados durante a realização do projeto “Biografias Negras”, tanto Dona Idalci se declara uma pessoa negra, como o senhor Alcides, inclusive afirmando ter orgulho de ser negro, no entanto declarar-se negro no Brasil é menos comum que se espera. Trata-se de um processo a ser construído historicamente, em uma sociedade que padece de um racismo disfarçado. Como destaca Souza, ser negro no Brasil é tornar-se negro. “Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (Souza, 1983, p.77).

Ser negro no Brasil é uma questão que se mostra bastante complexa, pois aqui o negro pode embranquecer, em termos sociais. Ser negro significa assumir uma “identidade negra”⁶? A construção de uma identidade social faz-se a partir da afirmação positiva e o estabelecimento de um sentido de pertencimento a um grupo social de referência, aqui, os negros. Essa identidade pode ser abandonada e substituída, nesse sentido se reafirma a importância da construção de processos identitários positivos de pertencimento ao grupo negro. A construção dessa identidade é gradativa inicia-se nas primeiras relações sociais, no âmbito familiar e vai tendo desdobramentos, posteriormente na escola e através de outras relações que os sujeitos vão estabelecendo.

Como a escola lida com essa questão, da construção de uma identidade negra positiva. Segundo Gomes este é um desafio enfrentado por negros e negras no Brasil. “[...] em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...]” (Gomes, 2005, p.43).

⁶ A identidade negra é entendida como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (Gomes, 2011).

A escola pode interferir no processo de construção da identidade negra, ou de forma positiva ou a estigmatizando, isso vai depender de como ela e os professores se posicionam diante do negro e sua cultura. A escola, como instituição responsável pela socialização do saber e do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e nós, professores, como agentes responsáveis pela transmissão desse saber, não nos tornamos responsáveis na construção de representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão?

A Lei 10.639/03 e a realidade de sua implementação

A Lei n.º 10.639/03, considerada no âmbito das políticas públicas de ações afirmativas voltadas para a população afro-brasileira procura dismantelar o modelo eurocêntrico de educação no Brasil, o que significaria uma profunda ruptura com um tipo de postura pedagógica, consolidada nas escolas brasileiras, que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional.

A Lei n.º 10.639/03 sancionada em 09 de janeiro de 2003, não foi feita ou pensada em poucos dias, ela é resultado do luta do Movimento Negro, principalmente, a partir de 1930 com a criação da Imprensa Negra, com a função de denunciar as práticas discriminatórias evidentes no mercado de trabalho, no ensino e nos espaços de lazer.

Não se pode negar que Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, representam uma grande conquista das lutas dos movimentos negros em favor da Educação, mas o racismo atinge todos os ambientes sociais, não tenho uma resposta no momento, sobre o que e como devemos fazer para superar esse racismo, seja na escola ou na sociedade, mas não debater ou relega-lo em prol de outras questões que atinge o ambiente escolar, com certeza não contribuirá para uma escola e sociedade mais justa e inclusiva. E não poderíamos deixar pensar o momento atual, ano de 2020 que atravessamos a pandemia do coronavírus, que atinge todos os setores das sociedades, as medidas de isolamento social afastaram professores e alunos do formato presencial criando um modelo alternativo para as aulas através da utilização das mídias.

A questão apontada não é a eficácia do ensino à distância, até porque por razões de segurança e saúde é o que temos para o momento, mas é pensar como essas questões evidenciam de modo mais nítido o fosso econômico e social entre alunos brancos e não brancos na sociedade brasileira, é a falta de equidade de acesso às ferramentas de ensino nesse novo normal colocado a partir da pandemia.

Espaços/territórios e lugar

A representação do espaço apresentado neste artigo é pensado a partir do conceito de Arturo Escobar. Para Escobar a condição moderna atrelada à globalização acabaram produzindo um processo de marginalização do lugar, no entanto esse lugar é importante na constituição identitária dos sujeitos. Para Escobar valorizar as experiências na perspectiva do lugar mostra o grau de enraizamento.

[...] o fato que o lugar como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa, continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas (Escobar, 2005, p.133).

É necessário conhecer e compreender as nuances dos lugares e espaços que compõe a pesquisa, os espaços sejam urbanos, da cidade, do bairro, da rua, da escola, ou do campo, são territórios de vivência, trabalho, resistência e luta. A ocupação desses espaços por um maior número de pessoas, por grupos opostos podem gerar mais conflitos. Como declara a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik: “Conforme a cidade cresce e aumenta a concorrência pelo solo urbano, instala-se a segregação no espaço [...]” (Rolnik, 2000).

O espaço delimitado para a pesquisa, podendo ser ampliado conforme o encaminhamento da mesma é o município de Itapagipe localizado no interior do estado de Minas Gerais em uma região conhecida como pontal do Triângulo Mineiro, nas margens do Rio Grande, com 13.656 habitantes de acordo com o censo realizado pelo IBGE (2014) em 2010, distribuídos no campo e na cidade.

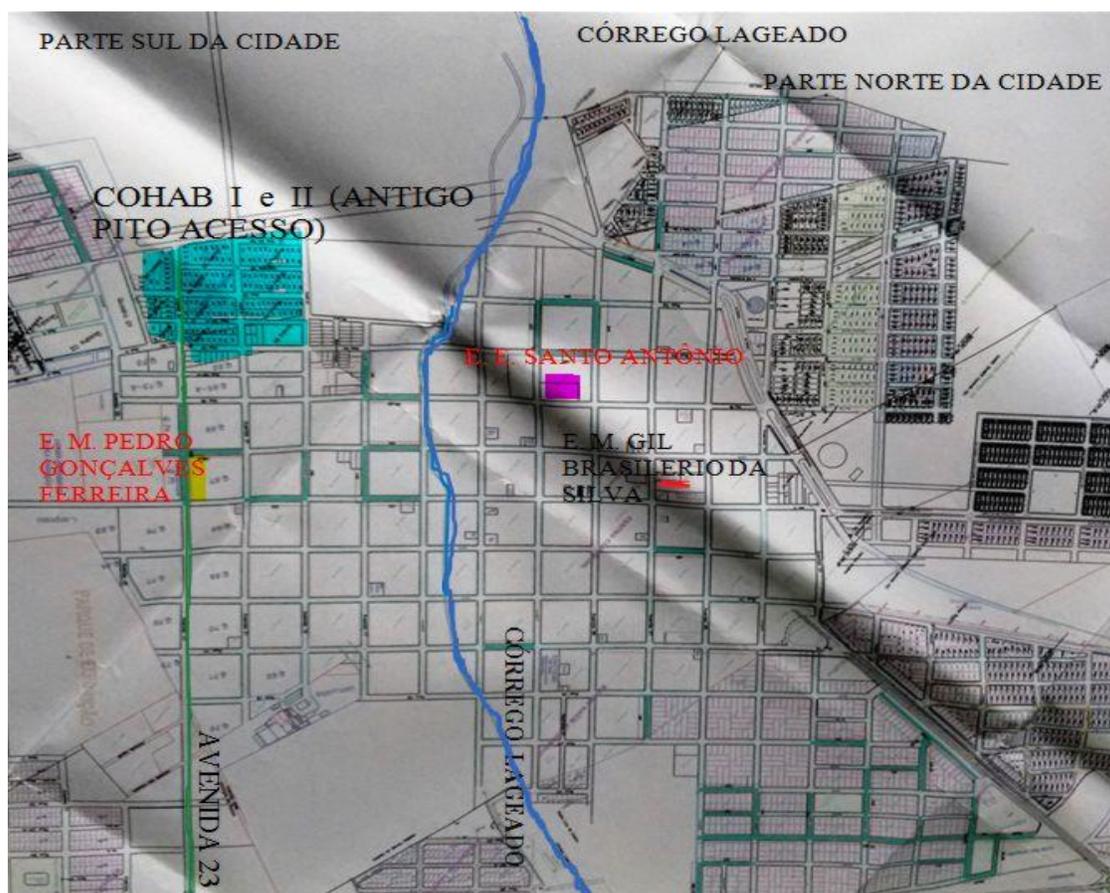
O vilarejo fora fundado no final do século XIX, por padres carmelitas, segundo fontes do município. Em 27 de dezembro de 1948 emancipou-se da cidade vizinha Frutal, mas foi a partir do início do século XXI que a cidade experimentou um crescimento mais significativo, com a instalação das usinas de cana-de-açúcar e etanol e uma multinacional.

Com a instalação dessas empresas inicia-se um processo de reestruturação da área urbana, novos loteamentos, a substituição das casas de Pau a pique, principalmente na região do antigo bairro Pito Aceso, a construção de uma escola municipal para atender a população dessa região. A cidade vivenciou um período de crescimento populacional acompanhado pelo surgimento de novos bairros, principalmente bairros considerados de classe média⁷, criando uma divisão não apenas nos espaços físicos da cidade, relacionados à constituição desses novos bairros e também do centro antigo da cidade, mas uma segregação na distribuição da população quanto ao poder econômico das famílias.

O mapa abaixo procura ilustrar o espaço urbano da cidade de Itapagipe, algumas inferências foram acrescentadas a imagem para ajudar o leitor na compreensão desses territórios. O marco divisório entre os dois territórios da cidade (Norte, Sul) é um canal de água, conhecido como córrego Lageado.

⁷ É importante ressaltar que os padrões econômicos para se considerar um grupo como integrantes de uma classe média em uma cidade do interior podem se diferenciar dos padrões de uma grande metrópole.

Imagem 02. mapa da Cidade de Itapagipe/MG



Fonte: Secretária de Infraestrutura urbana de Itapagipe-MG (2018).

A região Norte é a parte da cidade dos bairros mais novos, o espaço das classes médias, assim como o centro da cidade. Os loteamentos que compõem esses bairros começaram no início do século XXI, com apoio dos governos municipais, que forneceram toda a infraestrutura necessária para a construção das residências e o desenvolvimento desses bairros. Segundo Raquel Rolnik o poder público atua historicamente no sentido de reforçar a barreira e as diferenças no processo de evolução da ocupação das cidades.

Na parte Sul da cidade localiza-se bairros como o da COHAB I e II, local onde ficava o antigo “Pito Aceso”⁸, Cemitério, Avenida 23, Abrigo dos idosos, Bairro Maria Aparecida

⁸ O bairro foi constituído, de acordo com o depoimento de alguns moradores, no final da década de 60 e início de 70 por pessoas que vinham das fazendas da região, não tendo onde morar e sem condições de adquirir

Assis, local em que os lotes foram doados pela prefeitura às famílias carentes e a Escola Municipal Pedro Gonçalves Ferreira, construída para atender a população destas localidades, uma das escolas selecionadas para esta pesquisa.

Durante uma entrevista com um morador de Itapagipe, um senhor que segundo ele o seu pai era proprietário de um sítio ao lado das terras ocupadas pelos moradores que vinham do campo e sem ter moradia o que os levavam a construir seus casebres naquele local. Através do depoimento do senhor João Alves⁹ é possível perceber esse processo de privilegiamento de determinados espaços na cidade de Itapagipe e a exclusão de outros.

[...] os imóveis do lado Sul são mais desvalorizados em comparação aos do lado Norte da cidade e as pessoas com um poder aquisitivo melhor não querem adquirir imóveis próximos ou onde era o antigo Pito Aceso. Eram pessoas que vinham da fazenda não tinham onde morar, aí iam faziam suas casinhas em um terreno da prefeitura tudo muntado [sic]. A maioria dessas pessoas era gente de cor preta (Alves, 2018).

O senhor João Alves narrou em seu depoimento as rivalidades entre os grupos que compunha o Pito Aceso e da turma do centro, ou como ele coloca “de cá do córrego e de lá” (Alves, 2018), segundo ele isso ocorria, principalmente, durante partidas de futebol, forrós e outros eventos. De acordo com o senhor João os jogos de futebol entre os times rivais bairro do Pito Aceso versus Centro sempre acabavam em brigas e xingamentos.

A marcação dos espaços geográficos que divide os bairros das cidades em classes sociais distintas é uma diferenciação pensada para a segregação e conservação dos espaços a ser ocupado por cada grupo? Essa segregação pode ser pensada a partir de um diferencial seletivo de acesso: aos serviços públicos, ao mercado de trabalho, a cultura e ao consumo. Para Maria Nilza Silva “[...] o lugar urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse” (silva, 2006, p.70). Logo, torna-se importante ao se debater a segregação urbana, analisar não apenas a questão social, mas também a racial.

moradias próprias foram invadindo um terreno que era da prefeitura. Eram pessoas muito carentes, pobres e na maioria de cor mais escura ou preta, segundo os entrevistados.

⁹ João Alves é um nome fictício, optou-se por nomes fictícios como forma de resguardar os depoentes.

E no espaço da escola, como alunos oriundos de espaços marginalizados e de grupos que foram sujeitados há um processo de apagamento de sua história e memórias são constituídas e se constituem enquanto sujeitos no espaço do cotidiano escolar. Halbwachs aponta o espaço como condição de existência de um determinado grupo. “[...] cada detalhe desse lugar tem um sentido que só é inteligível para os membros do grupo”. (Halbwachs, 2003, p.60). O espaço escolar pode se tornar um território de construção de identidades plurais, de ressignificação do grupo, ou mesmo de enfrentamento. A escola, comumente é um espaço de uma memória predominantemente branca.

Considerações da pesquisa em andamento

O incômodo com as histórias não contadas da cidade que nasci, cresci e hoje sou professora, passaram a me incomodar a quase duas décadas já nos primeiros anos dentro da sala de aula. A história da cidade foi escrita a partir da história de um grupo seletivo de pessoas advindas das elites agrárias, relegando a grande massa da população ao apagamento. O incômodo acabou dando lugar à pesquisa de mestrado que teve como foco o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas da cidade de Itapagipe norteadas a partir da obrigatoriedade instituída pela Lei 10639/03.

A pesquisa de mestrado ocupou mais do espaço escolar, mas no doutorado o objetivo é analisar o apagamento de determinados grupos da história oficial da cidade, compreender o processo de ocultamento e apagamento da comunidade negra (Bairro do Pito) no processo de construção de uma história oficial e local da cidade de Itapagipe, recuperar espaços e lugares que não existem mais a partir das memórias dos sujeitos sociais.

A memória das pessoas relaciona-se intimamente a sua vida social, ao seu cotidiano de trabalho, aos grupos de convívio e aos grupos de referência, tornando-se um desafio para parte da população negra a manutenção de uma memória, conforme Ecléa Bosi. “Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, [...]. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (Bosi, 1994, p.443).

A historiadora Maria de Lourdes Janotti argumenta o que segundo é e o que não é o significado de memória.

[...] é necessário entender a memória não como resgate individual e solitário de um passado estático, mas como reconstrução dinâmica, que se elabora dentro de parâmetros sociais que resultam da inserção do indivíduo que rememora em um grupo que compartilha suas experiências e dá sustentabilidade à sua lembrança (Janotti, 1988, p.79).

Para pensar a memória e as interfaces desse conceito os trabalhos de Ecléa Bosi e de Maria de Lourdes Janotti são referências. A pesquisa que começa a tomar corpo ou corpos tem como sujeitos históricos homens e mulheres negros e negras com mais de 50 anos, moradores de um lugar, antigo Bairro do Pito Aceso, que foi destruído fisicamente, mas sobrevive no território da memória.

As categorias raça/etnicidade e cultura têm como autores referências, nesta pesquisa, os citados abaixo, mas um texto que tive acesso no decorrer das disciplinas e acabou colocando novas perspectivas para se pensar esses conceitos é do Verena Stolcke (Stolcke, 1991).

O antropólogo Kabengele Munanga faz considerações interessantes sobre as definições dos conceitos e categorias de raça/etnicidade. Para Munanga, o que mudou na realidade são os termos ou conceitos, pois o esquema ideológico que subentende a dominação e exclusão continua intacto. “As vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e antirracistas” (Munanga, 2003).

Na etnicidade, a diferença se funda sob características culturais e religiosas, que podem, inclusive, se contrapor ao conceito de raça. Nessa visão de etnicidade, o referente biológico está presente de forma indireta nos discursos, logo alguns procuram fugir do conceito de raça substituindo o por etnia, considerado em termos de fala politicamente correta. Munanga afirma que o conceito de etnia passa a constituir uma bandeira carregada por todos, no entanto cada um a manipula e a direciona de acordo com seus interesses.

Em termos de categorias conceituais Homi Bhabha traz uma definição de cultura em posições de embates conflitos e lutas, resultante em uma consciência das posições do sujeito. O conceito de diferença cultural concentra-se no problema da ambivalência da autoridade cultural, na tentativa de dominar em nome de uma supremacia cultural que é ela mesma produzida apenas no momento da diferenciação. “E é a própria autoridade da cultura como

conhecimento da verdade referencial que está em questão no conceito e no momento da *enunciação*” (grifo do autor) (Bhabha, 2013, p.70).

Para Stuart Hall cultura é um dos conceitos mais complexos das ciências humanas e sociais. Hall defende que cultura diz respeito aos significados compartilhados por um grupo ou uma sociedade, que ocorre por meio da linguagem pelo qual damos sentido às coisas, onde o significado é produzido e cambiado. Outro termo que Hall utiliza no seu modelo de funcionamento da cultura é a diferença. “[...] a diferença é importante porque é essencial ao significado: sem ela, o significado não poderia existir” (grifo do autor) (Hall, 2016, p.153).

As definições conceituais de pesquisadores como Homi Bhabha, Stuart Hall, Kabengele Munanga, tem muito a contribuir para a compreensão, historicização, construção e desconstrução de categorias que elegi no decurso da pesquisa como: raça, etnia, racismo, representação.

Para tornar audíveis vozes de homens e mulheres que sempre estiveram à margem da história oficial de Itapagipe será utilizado como metodologia de pesquisa à história oral. A história oral já esteve no centro muitos ataques, principalmente, daqueles acadêmicos que possui uma forte inclinação aos estudos, às pesquisas e teorias advindas do Ocidente, em defesa da oralidade como uma metodologia bastante utilizada por pesquisadores que trabalham com temas sensíveis e controversos à historiografia.

Para o registro das narrativas (entrevistas) pretendo fazer uso do gravador, e então serão transcritas tal como colhidas no fluxo da voz de nossos narradores, estarei atenta aos procedimentos éticos e metodológicos que envolverão os trabalhos relacionados à transposição do código oral para o escrito. Ciente da necessidade de empreender um estudo teórico de conceitos valorosos, não somente, para a história oral, mas também para a historiografia, conceitos como, memória, identidade e narrativa.

O caráter democrático é essencial para se criar um contexto de colaboração entre entrevistado e entrevistador, sobre esse clichê Portelli (2010), faz um apontamento interessante para quem utiliza a história oral como metodologia de pesquisa. Segundo Portelli a história oral é uma arte que requer vários sujeitos, para os quais a diferença é tão necessária quanto à consonância. “Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe entre nós” (Portelli, 2010, p.35).

A história oral também é constantemente acusada de fazer a história dos vencidos, isso nos induz a pensar que alguns segmentos das sociedades, ditos menos privilegiados em termos de acesso ao capital econômico, cultural, não fazem parte dos temas de interesse daqueles historiadores que optam pelas fontes convencionais. Para Bosi (1994), os erros e lapsos de memória do narrador no momento em que concede o seu testemunho são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial.

Referencias bibliográfica

Bibliografia

Andrade, M. C. (1994). *Modernização de pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo, Brasil: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Bhabha, H. K. (2013). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG.

Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Campos, A. (2005). *Do quilombo à favela – A produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Ed. Bertrand Brasil.

Delecrode, C. (2010). Nunca antes na história deste país: Top 10 frases mais inacreditáveis de Lula. *Opinião & Notícia*. Recuperado de <http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/politica/%E2%80%9Cnunca-antes-na-historia-deste-pais%E2%80%9D-top-10-frases-mais-inacreditaveis-de-lula/>

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.

Fernandes, V. B., y Souza, M. C. (2016). Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (63), 103-120. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n63/0020-3874-rieb-63-0103.pdf>

Gomes, N. L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03*. Brasília, Brasil: Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade. Recuperado de www.acaoeducativa.org.br/.../10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobr

Guimarães, E. N. (2010). *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia, Brasil: UDUFU.

Halbwachs, M. (2003). *A memória coletiva*. São Paulo, Brasil: Centauro.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília, Brasil: Editora UFMG/Representação da UNESCO no Brasil.

Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro, Brasil: Apicuri.

Jannoti, M. de L., y Queiroz, S. R. (1988). Memória da Escravidão em Famílias Negras de São Paulo. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (28), 77-89. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70033>

Lander, E. (2005). *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Lima, J. G. (1991). *Nossa História*. Belo Horizonte, Brasil: (S. E.).

Munanga, K. (2003). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Inclusão Social um debate necessário*. Belo Horizonte, Brasil: (S. E.). Recuperado de <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

Portelli, A. (2010). *Ensaio de história oral*. São Paulo, Brasil: Letra e Voz.

Rémond, R. (2003). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora FGV.

- Ribeiro Júnior, F. P. (2007). Educação e tolerância democrática diálogos antirracistas no limiar do século XXI. *Cadernos de História*, 15(1), 177-191.
- Rolnik, R. (2000). Reestruturação Urbana da Metrópole Paulistana: Análise de Territórios em Transição. *Pesquisa FAPESP*, (55). Recuperado de <https://revistapesquisa.fapesp.br/2000/07/01/zona-leste-de-sao-paulo-enfrenta-o-novo-milenio/>
- Silva, M. N. (2006) *Nem para todos é a cidade. Segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília, Brasil: Fundação Cultural Palmares. Recuperado de <http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Maria%20Nilza%20da%20Silva%20%20Adobe%20PDF.2015.pdf>
- Souza, J. C. (2013) *Sociedade e escravidão no século XIX: crianças escravas em Uberaba - 1871-1888* (Dissertação de mestrado em história social). Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16463/1/SociedadeEscravidaoSeculo.pdf>
- Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro, Brasil: Graal.
- Stolcke, V. (1991). Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Asiáticos*, (20), 101-119. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/373812/mod_resource/content/1/sexo%20gnero%20ra%C3%A7a%20eticidade.pdf